



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0183/16
PLL Nº 058/16

COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

PARECER Nº 074/17 – CUTHAB
À EMENDA Nº 01

EMPATADO

Inclui incs. XII e XIII no *caput* do art. 21 da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014 – Lei Geral dos Táxis –, incluindo itens em rol de direitos assegurados aos permissionários a aos condutores auxiliares devidamente habilitados.

Vem a esta Comissão, para parecer, a Emenda nº 01, de autoria do vereador Cassiá Carpes, ao Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Cláudio Janta.

O presente Projeto de Lei pretende a alteração da legislação que regula a atuação do serviço de táxi no Município de Porto Alegre, afim de permitir ao permissionário e auxiliares ofertar aos passageiros serviço de *bonbonnières*, rack para bicicleta e reboque para transporte de pequenos animais, este último apresentado mediante Emenda de nº 01, ofertada após Plenário, fls. 21, pelo vereador Cassiá Carpes, que incluiu as alíneas “a”, “b” e “c” no inciso XIII da proposta de alteração, conceituando e definindo o que seriam animais de pequeno porte e quais as condições do transporte.

É o Relatório. Far-se-á a apreciação de ambas conjuntamente.

Sem sombra de dúvida a matéria em apreço é pertinente, entretanto, merece receber alguns reparos.

Ao tratar de oferecimento de guloseimas e água aos passageiros, concordamos que não é matéria que deve sofrer a regulamentação legal por parte dessa Casa Legislativa, eis que na lei que pretende essa proposição alterar não existem quaisquer proibições nesse sentido que restrinja essa atividade pelo permissionário.

Da mesma forma, o transporte de bicicletas não é pela Lei paciente de alteração, proibido.

Resta, portanto, a consideração ao transporte de animais, que a proposição *in comento* restringiu aos que entende serem de pequeno porte. Nesse caso, apesar de existir legislação municipal sobre o assunto, as condições de transporte de animais, dentro de veículos, já é regulamentada pelo Código de



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. N° 0183/16

PLL N° 058/16

Fl. 2

PARECER N° 074/17 – CUTHAB
À EMENDA N° 01

Trânsito Brasileiro. Apesar de sucinta, é lei federal cuja hierarquia demanda respeito e forçosa observação.

Como já se disse, lei local já permite o transporte de animais de pequeno e médio porte dentro dos táxis e restringi-la para o transporte de apenas animais pequenos seria um contrassenso.

Já o transporte de grandes animais, que por óbvio, não estarem enquadrados nos mesmos parâmetros da morfologia veterinária, mas sim, somente no que se refere aos animais domésticos, via reboque, quer se crer que a sua demanda para efeito de regulamentação não seja expressiva o suficiente para que sobre ela se debruce o Parlamento Municipal.


Assim, por tratar-se de proposição de lei cuja finalidade, ao fim e ao cabo, não demonstra a necessidade de regulamentação por um lado e a impossibilidade de regulamentação sobre lei federal, por outro, haja vista que a regulamentação da matéria pré-existente, acredita-se dar conta da presente pretensão, e em vista de todo exposto, se reconhece óbice à tramitação do presente Projeto, pelas razões expendidas, e encaminha-se este Parecer pela **rejeição** da Emenda nº 01.

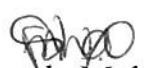
Sala de Reuniões, 5 de agosto de 2017.


Vereador Valter Nagelstein,
Vice-Presidente e Relator.


EMPATADO

Aprovado pela Comissão em 10-10-17


Vereador Dr. Goulart – Presidente


Vereadora Fernanda Melchionna


Vereador Paulinho Motorista


Vereador Professor Wambert


Vereador Roberto Robaina